



LIBRARIUS

UTOPIA Y PRAXIS LATINOAMERICANA – AÑO 20. Nº 68 (ENERO-MARZO, 2015) PP. 127 - 142
REVISTA INTERNACIONAL DE FILOSOFÍA IBEROAMERICANA Y TEORÍA SOCIAL
ISSN 1315-5216 – CESA – FACES – UNIVERSIDAD DEL ZULIA. MARACAIBO-VENEZUELA

Elcio CECCHETTI & Adecir POZZER (Eds): **Educacao e interculturalidade: Conhecimentos, saberes e práticas descoloniais**. Série Saberes em Diálogo, Editora da FURB, Blumenau, 2014.

Ao longo de sua trajetória, a cultura ocidental tem realizado uma espécie de autocontemplação da sua pretensa superioridade nos campos da ética, cultura, política, direito, economia e religião.

Esta superioridade foi justificada sob diversas formas, tais como a afirmação da supremacia do deus judaico-cristão sobre os demais deuses, e a narrativa filosófica que elevou o projeto da modernidade como sendo a realização do espírito universal na história.

A modernidade tem origem e fundamento na racionalidade e na convicção de que somente os saberes científicos são válidos para compreensão e intervenção do mundo. O discurso abstrato do pensamento europeu tentou normalizar as diversidades e as identidades foram forjadas segundo os moldes de um único padrão, tido como universal, e, por isso, único e verdadeiro. As outras epistemologias, culturas e modos de vida foram menosprezadas e sistematicamente inferiorizadas.

É compreensível, portanto, que nas últimas décadas tenha ocorrido um significativo aumento de grupos e movimentos que, de forma organizada e articulada, buscam o reconhecimento de suas identidades, promovendo lutas em prol da superação dos preconceitos, discriminações e subalternizações historicamente impostos.

Tais grupos enfrentam e questionam processos de exclusão e desigualdades a que foram submetidos, através da criação, incorporação e difusão de outras bases lógicas e epistemológicas, que permitam as identidades se desenvolverem autonomamente.

A Interculturalidade é um dos paradigmas emergentes que tem possibilitado novas formas de relacionamento entre grupos socioculturais diferentes, abrindo perspectivas para outras concepções e práticas educacionais. E ela é, ainda, uma temática

recente nas discussões educacionais latino-americanas. Seu emprego ocorre somente na década de 1980, principalmente nos campos da Antropologia, Pedagogia, Sociologia, História e Filosofia.

É concebida como um princípio ético que possibilita repensar as relações entre sujeitos históricos e culturais, promovendo reparação de danos causados pelos processos de colonização das culturas e sociedades, especificamente na América Latina.

Enquanto princípio, a Interculturalidade não pode ser reduzida a um discurso teórico, racional ou filosófico, mas necessita ser compreendida na e a partir da experiência a ser realizada fundamentalmente nas relações intersubjetivas de forma envolvente e responsável.

Tais relações requerem que os sujeitos tenham consciência de suas diferenças identitárias, condição imprescindível para superar assimetrias de poder existentes entre as culturas, as quais legitimam processos de colonização do ser, saber, poder e do viver. Este processo de superação possui implicações tanto na esfera individual quanto na coletiva. Nesta perspectiva, Fomet-Betancourt destaca que a

[...] interculturalidade quer designar, antes, aquela postura ou disposição pela qual o ser humano se capacita para, e se habitua a viver 'suas' referências identitárias em relação com os chamados "outros" [...] se trata de uma atitude que abre o ser humano e o impulsiona a um processo de reaprendizagem e recolocação cultural e contextual [...]. É o reconhecimento da necessidade de que uma dimensão fundamental na prática da cultura que temos como "própria" tem de ser a da tradução dos "nomes próprios" que consolidam sua tradição [...]. Não há prática intercultural sem vontade nem exercício de tradução.

A postura ou disposição para a abertura na perspectiva da Interculturalidade pode ser entendi-

da, em outras palavras, como um desprendimento de si próprio ou, ainda, um distanciamento das bases identitárias para uma releitura dos fundamentos que permeiam os encontros entre grupos e/ou culturas. Este encontro, não é algo fácil e tranquilo, porque pode ser caracterizado também como confronto ou desencontro. Mas, se os encontros, confrontos e desencontros entre as culturas são inevitáveis, é imprescindível uma responsabilidade ética diante do estranhamento do diferente para que as inter-relações se construam enquanto experiência de alteridade que possibilite reconhecer os limites inerentes às diferentes culturas.

No campo educacional, particularmente marcado pela presença e manifestação das diversidades, a Interculturalidade representa a possibilidade de questionamento de concepções epistemológicas e pedagógicas monoculturais, contribuindo para superação de processos educacionais que procuram normalizar os diferentes e as diferenças. Ao mesmo tempo, quer contribuir para a elaboração de outras formas de observar, interpretar e encaminhar políticas e práticas pedagógicas, na tentativa de (re)criar, a partir do cotidiano escolar, novos olhares frente à diversidade humana e cultural.

Uma educação intercultural não nega a complexidade implícita à sua gênese. Pressupõe uma coerência entre os fundamentos epistemológicos, os encaminhamentos metodológicos e as necessidades, limites e possibilidades dos sujeitos significarem a própria existência e numa relação interativa com diferentes culturas.

Com este intento, a presente publicação reúne a contribuição de diferentes autores que, à luz de distintos territórios e territorialidades, contribuem para a compreensão das múltiplas interfaces que envolvem as temáticas da Educação e da Interculturalidade, apresentando conhecimentos, saberes e perspectivas para práticas pedagógicas descoloniais.

No capítulo I, intitulado Colonização e descolonização na educação e interculturalidade: relações entre saber local e saber universal, no contexto da globalização, José Marín, a partir do conceito da Interculturalidade, elabora uma análise sobre a descolonização do saber e do poder, uma vez que o processo histórico de colonização europeia foi instituído pela dominação cultural, social, econômica,

política e religiosa, desrespeitando a biodiversidade e a diversidade cultural. Aborda a relação entre o saber local e o saber universal imposto pela cultura dominante, desafiando a educação a assumir um caráter intercultural, com base na revalorização das línguas e culturas locais.

No Capítulo II, *A práxis intercultural: uma experiência dialógica para a educação cidadã*, Álvaro B. Márquez-Fernández defende mudanças nas estruturas do Estado, para que este beneficie mais as comunidades interculturais e cidadanias populares e públicas, do que os grupos que controlam a economia de mercado. Propõe levar em consideração propostas alternativas que são apresentadas pelos movimentos sociais emancipadores, em especial, os que surgem no contexto latino-americano. Defende a emergência de experiências educacionais assentadas no diálogo com o Outro, pois é somente por meio deste que a identificação, reconhecimento e respeito da alteridade podem abrir espaços de convivência intercultural, com suficiente força para quebrar o paradigma neoliberal de unificação das diversidades culturais.

No capítulo III, *Educação intercultural e diversidade: perspectivas possíveis*, Maria Conceição Coppete, Reinaldo Matias Fleuri e Tania Stoltz, apresentam sentidos e significados de uma educação intercultural, apontando suas possibilidades transformadoras, uma vez que esta amplia o olhar sobre o fazer pedagógico, a partir da interação e diálogo de distintos pontos de vista. Para eles, pensar, agir e viver interculturalmente, especialmente a partir de uma perspectiva crítica, implica na descoberta de si mesmo e do Outro, com vistas a promover a justiça e a construção de um mundo menos desigual. Desta forma, defendem a articulação de políticas educativas e práticas pedagógicas comprometidas com o princípio da não discriminação e voltadas à desconstrução de subalternidades, à emancipação, à liberdade e às práticas efetivamente emancipatórias. Interculturalidade e formação docente: possibilidades para reconhecimento da diversidade religiosa é o título do Capítulo IV, elaborado por Adeir Pozzer, no qual reflete sobre a presença da diversidade religiosa no cotidiano escolar, enquanto elemento constituinte da identidade cultural brasileira. Estabelece interfaces com a formação

docente, desafiando-a a adotar perspectivas interculturais, uma vez que a escola, de certa maneira, (re)produz currículos que invisibilizam a complexidade da diversidade religiosa, deixando de intervir nas representações e práticas que promovem intolerâncias, discriminações e estigmatizações do Outro em sua alteridade.

Na sequência, Raquel Maria Pimentel Oliveira dos Reis, Jasom de Oliveira e Lilian Blanck de Oliveira, em *Pedagogia e interculturalidade: alternativas para descolonizar o desenvolvimento*, apontam a premência de se pensar processos de desenvolvimento a partir de uma perspectiva intercultural, reconhecendo e integrando diferentes culturas, conhecimentos e saberes que permeiam as sociedades contemporâneas. Defendem a adoção de outros olhares e leituras, referenciais teóricos e práticos, que encaminhem, organizem e constituam outras e novas pedagogias, a fim de que os processos educativos promovam a formação de uma consciência crítica e criadora, onde os sujeitos sejam capazes de analisar a realidade, avaliá-la e transformá-la.

No capítulo VI, Jairo Eduardo Soto Molina, em *O enfoque intercultural na aquisição de uma segunda língua: um olhar multifacetário que integra a natureza do homem e seu mundo cultural procura romper com a abordagem clássica e convencional no ensino de línguas estrangeiras*, já que a presença de outra língua no currículo escolar não deve ser interpretada como um elemento estranho desarticulado do processo de formação, mas como fator de enriquecimento em prol do crescimento pessoal, psico-afetivo, sociocultural e intelectual. Por isso, propõe o desenvolvimento de uma experiência ambiciosa de reconstrução curricular na qual a Interculturalidade não só se constitui em veículo de construção de conhecimento, mas em estratégia principal do processo.

Em seguida, Georgia Carneiro da Fontoura e Lilian Blanck de Oliveira, no capítulo intitulado *Diversidade religiosa e interculturalidade: aportes para a decolonização religiosa da escola* propõem a decolonização do imaginário religioso dos povos colonizados, os quais tiveram seus sistemas de crença, símbolos, mitos, ritos e valores subordinados à perspectiva religiosa dos colonizadores.

Assim, se ao longo da história, a educação escolar foi um agente importante para imposição de uma única forma de crer, enfocando uma verdade padronizadora e limitadora que negava outras formas de religiosidades, na atualidade, urge propor perspectivas episte(me)todológicas radicalmente opostas ao historicamente posto, a partir do diálogo e interação entre saberes e conhecimentos das diferentes culturas e tradições religiosas, almejando desencadear processos de decolonização religiosa da educação.

Natália de Oliveira de Lima, em *A colonialidade do saber nas ciências sociais: análises sobre o ensino de sociologia no ensino médio*, destaca a natureza política dos currículos e evidencia o caráter ideológico que envolve os atos educativos. Preocupada especificamente com o ensino de Sociologia, percebe que esta disciplina é diretamente influenciada pelas teorias e conhecimentos que se desenvolvem no âmbito acadêmico, onde a cosmologia ocidental é tomada como referência e lócus de enunciação em detrimento de outras perspectivas. Através da análise de um livro didático destinado ao ensino de Sociologia no Ensino Médio, constata a “colonialidade do saber” deste componente, devido às heranças eurocêntricas e coloniais que se encontram internalizadas até o presente, nas diferentes relações de poder e saber travadas, neste caso, na instituição escolar.

No capítulo IX, Ricardo Teixeira Canarin, Gisele Canarin e Christian Muleka Mwewa, no artigo *Perspectivas interculturais e globaliz(ações): tensões e dilemas em Timor-Leste*, discutem a diversidade dos processos de globalização, evidenciando os papéis dos agentes que globalizam e daqueles que sofrem a ação. Relatam que, nos últimos anos, o Timor-Leste encontra-se sob o efeito direto da influência de estrangeiros, reestruturando, assim, seu substrato cultural. É justamente essa a problemática central do capítulo: até que ponto as influências externas tangenciam a noção de cultura nacional? É possível falar em cultura nacional no contexto de Timor-Leste? Concluem destacando que a educação pode ser um elemento estratégico para formação de timorenses preparados para atuarem responsabilmente nas áreas prioritárias do país, contribuindo para que os sujeitos experimentem

práticas sociais e intercâmbios acadêmicos que induzam à solidariedade, à colaboração e à experimentação compartilhada.

Por fim, em *Educar para o bem viver?! – contribuições para episte(me)todologias decoloniais*, Mayane K. Baumgärtner e Lilian Blanck de Oliveira apresentam algumas percepções e práticas sociais decorrentes da aplicação do paradigma do bem viver em contraposição ao conceito de boa vida, destacando, especialmente, a experiência em desenvolvimento no Equador, que tem incluído os princípios do bem viver no campo educacional. Nesta perspectiva, a educação assume a responsabilidade de promover contínuos processos de decolonização, abrindo possibilidades históricas com o intuito de identificar caminhos e práticas para a construção de outras episte(me)todologias, que possam subsidiar outros programas e propostas para a educação escolarizada monocultural.

Estes são alguns dos temas que a presente publicação pretende apresentar para socialização e discussão. Esperamos e desejamos que os conhecimentos e saberes aqui apresentados contribuam efetivamente para a promoção de experiências educativas interculturais, onde, por meio de práticas descoloniais, se possa instaurar processos de dignificação de todos os seres na busca e uma real transformação social.

Walter BENJAMÍN. *Opere complete: VIII. Frammenti e Paralipomena* (a cura di Hermann Schweppen häuser, Hellmut Riediger ed Enrico Ganni), Einaudi, 2014.

Roberto GILODI, Italia.

Benjamin, le figure di pensiero che sovvertono passato e presente

«La vera chiave per interpretare Kafka è nelle mani di Chaplin. Come Chaplin crea situazioni nelle quali il reietto e il diseredato, la sofferenza umana eterna, si incontrano in modo eccezionale con le circostanze più straordinarie del nostro esistere odierno, così anche in Kafka ogni circostanza è bifronte come Giano, del tutto immemorabile, senza storia, eppure della più recente attualità giornalistica». Questo accostamento fulminante di Walter

Benjamin compare in una delle numerose annotazioni raccolte nel volume che conclude la pubblicazione, da Einaudi, delle Opere complete: VIII. Frammenti e Paralipomena (a cura di Hermann Schweppen häuser, Hellmut Riediger ed Enrico Ganni, pp. XVI-520). Entrare in questo volume è come ritrovarsi in un labirinto in cui tuttavia non prevale la geometria dei percorsi infiniti, ma la meraviglia degli accostamenti imprevedibili.

Pur nell'estrema varietà degli argomenti trattati, c'è un aspetto ricorrente, che costituisce uno dei fili intorno al quale si ahonda la scrittura erratica e apparentemente dispersa in mille direzioni di Benjamin: sono gli accostamenti tra le presenze del contemporaneo (materiali e immaginarie) e le linee speculative di un pensiero che si sente a casa nell'eternale pur confrontandosi di continuo con il tempo. Un cortocircuito sempre attivo tra tensione meta fisica e curiosità per i frammenti della Storia.

Se l'attitudine allo sguardo micrologico e alla scomposizione della scrittura è il tratto distintivo, soprattutto dell'ultimo Benjamin – si pensi a Strada a senso unico, al Passagenwerk e al lavoro su Baudelaire – nel regesto di lacerti critici che costituisce questo volume delle Opere essa raggiunge il suo culmine. I curatori che ne hanno scelto e ordinato i materiali li hanno suddivisi in due grandi sezioni: 'Frammenti' e 'Paralipomena'. Nell'insieme si tratta di appunti, brevi aforismi, annotazioni, schemi, ma anche saggi più corposi rimasti inediti o superati dalle opere compiute pubblicate successivamente. In particolare i 'Frammenti' sono testi «relativamente autonomi non riferibili ad alcuna delle opere concluse», come si legge nella Nota introduttiva al volume, e sono suddivisi dai curatori in otto ambiti tematici. I 'Paralipomena' «sono materiali privi di valore autonomo e preparatori ai testi conclusi». Là dove era possibile i curatori hanno cercato di stabilire una datazione, seguendo il criterio cronologico a cui si ispira l'edizione italiana delle Opere.

Edizione che fu avviata, lo ricordiamo, nel 1982 da Giorgio Agamben e che ebbe il merito di portare in primo piano gli aspetti genetici dell'opera benjaminiana, assai più illuminanti delle partizioni tematiche seguite prevalentemente nell'edizione originale tedesca. Nel caso di Benjamin, più che per altri, il desiderio di sistemazione dei poster non ren-

de giustizia all'obiettiva complessità della tessitura testuale.

Il criterio cronologico ha consentito quindi di seguire le trasformazioni del suo pensiero e di individuare le direttrici fondamentali nell'ottica delle influenze, degli incontri intellettuali, delle amicizie e della geografia dei suoi spostamenti europei. Non si è trattato di una semplice scelta filologica, ammesso che le scelte della filologia possano dirsi 'semplici', ossia indifferenti alla costruzione dei significati.

Si è trattato di aderire a uno stile di lavoro dell'autore, di seguirne il percorso e la progressione, di ricercare le coerenze sistematiche non nell'organizzazione esteriore degli argomenti ma nelle connessioni profonde del suo pensiero.

Dopo l'uscita dei primi cinque volumi – l'ultimo dei quali apparve nel 1993 –, l'edizione Agamben si interruppe per incomprensioni con l'editore. Fu proseguita anni dopo dai curatori dell'edizione tedesca affiancati da Enrico Ganni, mantenendo il criterio cronologico voluto da Agamben.

L'appunto citato poc'anzi in cui il cinema di Chaplin fornisce, secondo Benjamin, la chiave per penetrare nell'universo di Kafka, è un esempio di come l'immagine si fissi in figura di pensiero, in Denkbild. Se la storia viene spogliata di ciò che sembra essere la sua caratteristica fondamentale, il movimento e la trasformazione, essa consegna all'osservatore una serie di istantanee in cui il passato e il presente, la mobilità perenne del tempo si ferma in una paradossale fissità: è quella che in un passo del *Passagenwerk* Benjamin ha chiamato «dialettica dell'immobilità»: «Ogni presente è determinato da quelle immagini che gli sono sincrone: ogni ora è l'ora di una determinata conoscibilità. In quest'ora, la verità è carica di tempo fino a frantumarsi... Non è che il passato getti la sua luce sul presente o il presente la sua luce sul passato, ma immagine è ciò in cui quel che è stato si unisce fulmineamente con l'ora in una costellazione. In altre parole: immagine è la dialettica nell'immobilità».

Questa idea per cui l'immagine sovverte gli schemi consueti Della temporalità si manifesta nei frammenti dedicati alla critica letteraria, probabilmente fra le pagine più rivelatrici del metodo di Benjamin. Qui è in discussione la figura del critico, la sua relazione con il testo, la storicità del suo sguardo e di

quello dell'opera a cui si rivolge. Gli schemi della storiografia sociologica e in particolare di quella marxista si scontrano con l'esigenza di autonomia dell'opera stessa. Che non è distanza dal mondo o essenza ineffabile, ma la necessità intrinseca di negarsi a un giudizio che ha di mira il solo contenuto oggettivo dell'opera, vale a dire «solo quanto vi viene espresso». Il vero critico è colui che sa «guardare dentro l'opera», che ne osserva la stratigrafia e sa cogliere sotto la superficie mobile degli oggetti e degli eventi rappresentati ciò che si sottrae al tempo e alla contingenza, ossia il contenuto di verità.

In un lungo frammento dedicato alla «Falsa critica», risalente al 1930-'31, Benjamin stigmatizza la miopia di chi non vede i rapporti che si celano nella costruzione testuale. Lo sguardo rivolto verso ciò che nell'opera è celato, ossia verso il suo nucleo di verità, rende necessaria un'«estetica deduttiva», ossia una definizione trascendente in cui si fissa un significato dell'esperienza artistica che è insieme originario ed escatologico.

Ma proprio in quanto veicolo di un contenuto di verità l'opera perde paradossalmente il suo connotato estetico; l'arte come artificio funzionale alla mediazione di un contenuto scompare, per fare posto a una relazione diretta tra il singolo fenomeno artistico e un'idea in senso platonico. «L'arte – scrive Benjamin in un altro frammento dello stesso periodo – è solo un momento di passaggio delle grandi opere. Sono divenute qualcos'altro (nella fase del loro divenire) e diventeranno qualcos'altro (nella fase della critica)». Critica, opera e divenire sono categorie protoromantiche: il Benjamin di questi anni, che progettava un saggio sulla critica letteraria, attinge al lessico di Friedrich Schlegel e alla sua idea di una critica infinita e immanente all'opera. Non dunque la critica nel senso abituale di giudizio estetico, ma come ciò che rende cosciente l'opera a se stessa e ne potenzia il significato. La definizione che ne dà è «critica magica».

Altrettanto centrale è l'idea di sopravvivenza dell'opera. Benjamin inizia a formularla negli appunti degli stessi anni, che troveranno un momento di aggregazione più stabile nel saggio su «Storia della letteratura e scienza della letteratura» del 1931. «La teoria della sopravvivenza delle opere è mossa dal pensiero dominante che questa sopravvivenza

smascheri come pura illusione l'idea dell'"arte" intesa come disciplina a se stante».

L'arte non è uno spazio di costruzione estetica autonomo rispetto alla storia, ma il luogo in cui «le macerie generate dal tempo» offrono al critico i materiali su cui esercitare la sua opera di smontaggio e ricomposizione.

Hannah Arendt chiamò Benjamin «pescatore di perle»; ebbene fra le molte perle di questo volume spicca la riflessione sul kitsch e sulla sua relazione con l'arte popolare, consegnata a un Lungo frammento risalente verosimilmente al 1929. «Arte popolare e kitsch devono essere considerati una volta per tutte come un unico grande movimento che fa passare di mano in mano determinati contenuti come se fossero staffette alle spalle di ciò che viene chiamata la grande arte». In questi territori della sensibilità e dell'immaginario collettivi, che la concezione dell'arte esclude ancora oggi dal suo ambito, si realizzano evocazioni e appartenenze ancestrali. «Tutta l'arte popolare attira e chiama a sé l'uomo: gli si rivolge in modo tale da costringerlo a rispondere».

Arte popolare e kitsch agiscono sugli strati profondi e inconsci del nostro io, là dove emerge il primitivo, la fantasia che riveste il reale di un'aura onirica. L'effetto di tali forme artistiche minori è una scissione tra la nostra parte razionale, che si fonda sull'oggettivazione del mondo e sulla relazione soggetto-oggetto, e il senso di originaria appartenenza a un tutto in cui un'altra parte di noi tende a rifluire. «Ciò che si è vissuto in modo inconsapevole ha un suono particolare con il quale ci addentriamo nel mondo dei primitivi, nei loro arredi, nei loro ornamenti, nei loro canti, nelle loro immagini. Un suono particolare – ovvero un suono che ci tocca in modo completamente diverso rispetto alla grande arte». In questo territorio di confine tra il sonno e la veglia, in cui la fantasia non si interroga su se stessa ma si abbandona all'attrazione dell'originario, a dominare è uno stato di reminiscenza, che non è l'anamnesi platonica ma piuttosto un sentimento di déjà vu, che «si trasforma così in una forza dal potere magico al cui servizio si pone l'arte popolare (e il kitsch nondimeno)». Le reminiscenze fuori controllo che ci vengono incontro da un remoto passato, Benjamin le chiama «maschere del destino».

Questo percorso argomentativo, che conserva intatta la sua presa analitica anche se applicato

alle molte espressioni della cultura pop dei nostri anni, si conclude con un implicito riferimento all'idea stessa della critica: mentre «l'arte ci insegna a vedere dentro alle cose, l'arte popolare e il kitsch ci permettono di vedere a partire da dentro alle cose». Come aveva dimostrato nella sua evidenza icastica la mostra Walter Benjamin Archives allestita nel 2011 al Musée d'art et d'histoire du Judaïsme di Parigi, la misura più consona al saggismo benjaminiano è la forma minima, l'elenco, la citazione, l'appunto, la stessa materialità della grafia minuscola, quasi una sfida alla decrittazione, il montaggio dell'eterogeneo, la ricerca delle sinestesie concettuali. Il volume VIII delle Opere offre al lettore una visione ravvicinata e particolarmente significativa del laboratorio filosofico del pensatore berlinese, se ne vedono gli attrezzi, si capisce da dove provengano i materiali, le mappe e le carte da cui hanno preso inizio i diversi progetti di costruzione. Una specie di immenso cantiere in cui è facile immaginarlo mentre si aggira come il mago descritto da Adorno con cappello a punta e bacchetta magica.

Daniel PANSARELLI. *Filosofia latino-americana a partir de Enrique Dussel*. Universidade Federal do ABC. Minion Pro, Sao Paulo, Brasil, 2013, 207pp.

Antonio Rufino VIEIRA. Universidade Federal da Paraíba, PB, Brasil.

"Participar en una filosofía de la liberación presupone un compromiso práctico y una postura militante, que conlleva, aunque no explícitamente, a la noción de liberación" (p. 154). Esta afirmación puede resumir el presente libro, *Filosofía latino-americana: a partir de Enrique Dussel* que Daniel Pansarelli presenta al público para debatir sobre la filosofía latino-americana de la liberación. Por qué filosofía? Por qué Filosofía de la liberación latino-americana? Por qué filosofía política práctica latinoamericana? Estas preguntas tiene sus orígenes en una opción por la filosofía de la praxis vinculada con las clases populares, los pobres, los excluidos, las víctimas del sistema; este proceso se da a través de la ética material de la vida, tal como lo expresa actualmente Enrique Dussel, "principal exponente de la filosofía de la liberación" (p. 157), como precisa el autor.

Este libro de Daniel Pansarelli viene a contribuir en la comprensión del proyecto teórico-práctico de la filosofía latino-americana de la liberación, que como movimiento filosófico en construcción está “comprometido con nuestros pueblos, auténticos, originales, eficaz teórica y políticamente”. Y es en este contexto que se debe leer este libro, una verdadera introducción al pensamiento de Enrique Dussel, pues presenta de una forma sintética y sistémica, los análisis que Enrique Dussel viene desarrollando para consolidar una filosofía latino-americana en el contexto de la filosofía mundial.

Afirmar una Filosofía de la Liberación como un filosofar todavía puede causar extrañeza en el mundo académico filosófico que, en principio, considera problemático que exista alguna cosa que merezca el nombre de *filosofía* de la liberación; para algunos críticos, la expresión “*filosofía* de la liberación latino-americana” es considerada abusiva, porque parece que le falta una real originalidad y rigor teórico, así también universalidad. Argumento de esta naturaleza aun reconociendo las limitaciones y deformaciones de la “buena filosofía académica” (que respeta la tradición filosófica, descomprometida con la praxis en un hacer filosofía por la misma filosofía) defiende que tal filosofía pudiera ser pero sólo en el país donde la “filosofía” se pretenden de algún modo práctica. Muchos, en el mundo académico, avalan investigaciones centradas en preocupaciones prácticas que representen la mejor opción para una incipiente investigación filosófica nacional. En síntesis, estos son los argumentos que siempre se escuchan cuando algún investigador presenta temas vinculados a la filosofía de la liberación en eventos científicos. Siempre tienen que justificar su objeto de investigación. Sin embargo, poco a poco, la filosofía de la liberación llega a ser reconocida en los medios académicos porque tiene algo que decir, tiene algo que precisar, que no es ideología o falsa filosofía; sino que se presenta como una filosofía con rigor y vigor que en su discurso debe ser comprendida por aquellos a quienes se dirige: a las víctimas, a los excluidos, a los oprimidos. Por esto, el presente trabajo de Daniel Pansarelli insiste en el carácter estrictamente filosófico de la filosofía de la liberación, que se encuentra en constante diálogo

con la tradición filosófica, avanzando en su compromiso con la praxis liberadora.

En este contexto, el presente libro de Daniel aborda el pensamiento que Dussel elabora desde la década del 70 del siglo pasado y que está permanentemente en elaboración a través de nuevas obras. Por supuesto que hablar de un filósofo aún vivo y extremadamente productivo tiene limitaciones evidentes al no poder dar cuenta de todo el material que está produciendo. Así mismo, seleccionar, de la abundante producción de Dussel, el material donde su pensamiento se presente de un modo inequívoco, me parece que ha sido un desafío muy grande que Daniel Pansarelli ha enfrentado en esta investigación, el desafío se hace mayor al hacer referencia a las primeras obras hasta las actuales, siendo que en ellas se observan diferentes temáticas que llevan a algunos autores a afirmar la existencia de etapas en el pensamiento de Dussel –aquí se puede insertar la importante nota 45 del presente libro, donde Daniel Pansarelli sostiene que las diferentes obras de Dussel no deben ser organizadas de acuerdo a determinadas etapas; concuerdo plenamente con su posición al afirmar que prefiere “no reforzar tales rupturas”, pues percibo un camino claro recorrido por el autor, al menos, desde el inicio de su producción filosófica tematizada por la liberación”.

El trabajo filosófico de Dussel siempre fue de construcción a partir de la confrontación y el debate con diferentes corrientes filosóficas que, directa o indirectamente, ayudaron en esa construcción. Así fue, por ejemplo, con Heidegger, Hegel, Ricoeur, Lévinas, Karl-Otto Apel y Marx, encontramos en el libro de Daniel toda una relación dusserliana con esos pensadores y, de modo particular, observamos como Daniel incorpora/supera/dialoga con filósofos representativos que fueron importantes para que él pudiese expresar una filosofía oriunda de América Latina con una visión de mundialidad. En la comunicación que Dussel presentó en el XXII Word Congress of Philosophy (en Corea del Sur, en 2008), él expuso la importancia del diálogo entre diferentes tradiciones filosóficas: “El diálogo que puede enriquecer cada tradición filosófica clave deber ser realizado por filósofos críticos y creadores de cada tradición filosófica, que no respeten simple-

mente las tesis ya aprobadas tradicionalmente. Y, para ser críticos, los filósofos deben asumir la problemática ética y política capaz de explicar la pobreza, la dominación y la exclusión de una gran parte de la población de sus respectivos países. (...) Un diálogo crítico-filosófico presupone filósofos críticos en el sentido de la "teoría crítica" que nosotros, en la América Latina, llamamos Filosofía de la Liberación (Dussel, Enrique. "Pour un dialogue mondial entre traditions philosophiques. *Cahier des Amériques Latine*. Paris. Institut des Hautes Études de l'Amérique Latine-Université Paris 3, 2009, p. 124).

Daniel Pansarelli destaca con mucha pertinencia el diálogo crítico-creativo que Dussel establece con cada tradición filosófica, particularmente al explicar cómo determinadas discusiones fueron importantes para la afirmación de la Filosofía de la Liberación: representa el conocido enfrentamiento ideológico y filosófico en el inicio del siglo XVI entre Bartolomé de Las casa (presentado por Dussel como el primer filósofo de la liberación) y Ginés de Sepúlveda; analiza la importancia de Hegel, que permitió a Dussel fundamentar su analéctica como momento positivo de la dialéctica; repasa la importancia de Heidegger, principalmente en los primeros textos de 1970; resalta la gran contribución de la obra de Lévinas para el pensamiento latino-americano creativo, auténtico y original (no debemos olvidarnos del debate de los grandes precursores de la Filosofía de la Liberación, del peruano Augusto Salazar Bondy y del mexicano Leopoldo Zea, que ya en 1968 discutía el problema de la originalidad y de la autenticidad de una filosofía americana –debate rescatado en el libro de Daniel Pansarelli). En el marco de este diálogo crítico, merece especial atención los encuentros académicos realizados por Dussel y Karl-Otto Apel a partir de la relación entre ética latino-americana de la liberación y ética del discurso –tema que también se aborda en este libro.

Finalmente, en este diálogo creativo con la tradición filosófica, debemos observar la proximidad actual de Dussel con el marxismo, que, a mi modo de ver, representa una lectura ética de Marx. Para Dussel, una ética (marxista) de la liberación tiene como punto de partida al hombre oprimido, fru-

to de las contradicciones del capitalismo periférico que engendra el desempleo, el hambre, la miseria, la explotación. En este contexto, tenemos la necesidad de saber cómo el pensamiento de Marx (su doctrina de la alienación, la crítica de la ideología y la idea del socialismo científico) podría contribuir para determinar las tareas más concretas que puedan dar origen a una filosofía de la liberación. De igual modo, el proyecto de la lectura de Marx realizado por Dussel a partir de América Latina tiene por finalidad demostrar que el pensamiento de Marx está orientado por un único fin: la liberación del hombre que está oprimido por el capital. La liberación es provocada por las condiciones materiales y sociales, tal como es precisado por Marx. También, cómo la negación de la libertad se hace concreta por relaciones sociales determinadas, solamente a través de la superación de esta relación es posible obtener verdaderamente la libertad del hombre. En la negación del capital, de la totalidad del trabajo objetivado por la exterioridad del trabajo vivo, está la relación ética por excelencia. Hay que negar esta exterioridad perversa instalada en la esencia del capital como relación de explotación. Si hoy Marx puede ser tomado como referencia para América Latina, aun con la crisis del socialismo real y en consecuencia con el desprestigio de la teoría marxista, Dussel piensa que es necesario retomarlo a pesar de este revés, particularmente en este de crisis por el que atraviesa el pensamiento de izquierda, cuando el neoliberalismo parece avanzar como la única vía para el desarrollo de la Historia –y aquí se inserta perfectamente el análisis que Daniel Pansarelli hace del proyecto de la ideología dominante, que caracteriza como "síndrome del presente eterno", "mirando en la temporalidad de los sistemas precedentes, no hay indicios de que este sistema-mundo vigente se eternice, haga de sí mismo un siempre-presente"(p.31).

La respuesta de Dussel nos hace pensar en la oportunidad de la filosofía marxista no como mera curiosidad académica, sino como posibilidad orgánica de ayudar en las transformaciones cualitativas de la sociedad. Tales transformaciones, orientadas por el respeto del Otro, pasa por la afirmación del grupo social de los oprimidos, el pueblo, como el que le da sentido al cambio social rumbo a una so-

ciudad justa, menos desigual, desalienada, solidaria y libre¹.

Filosofía práxica de liberación: el filósofo crítico de la periferia tendrá que dirigir su atención a los elementos socio-políticos de su situación concreta a fin de poder discernir y explicar la posibilidad del surgimiento de lo Nuevo. Como explicita Daniel Pansarelli, deberá, en efecto, haber un nuevo posicionamiento de los filósofos latino-americanos, constituyéndose la Filosofía de la Liberación en un real instrumento teórico para la praxis de liberación de las clases populares, dejando de ser simple teoría para tornarse instrumento político-revolucionario en la medida en que se comprometa con la lucha por la liberación de las clases populares. Esta es la preocupación de la Filosofía de la Liberación frente al hombre latino-americano.

La Filosofía de la Liberación parte del hombre situado, concreto, oprimido: tiene como presupuesto básico, por lo tanto, la realidad histórica en la cual él está inserto; de esta forma, orienta la liberación hacia una libertad creadora, pudiendo realizar las posibilidades concretas de futuro. La Filosofía de la Liberación tiene su afirmación en el hombre —un nuevo humanismo. Y su centro de preocupación, es no regresar a una sociedad marginada en todos los sentidos. Ella defiende la causa de los que no son considerados, en la práctica, sujetos, pues son usados como objetos, instrumentalizados, reificados; por esto, explica Daniel Pansarelli, “la filosofía de la liberación se subordina a lo humano, no a lo contrario” (p. 59).

Como afirma Ernest Bloch en el Prefacio de su obra *O Princípio Esperança*. Vol. I. Trad., Nélcio Schneider, Rio de Janeiro: EdUERJ/Contraponto, 2005), existen algunas preguntas que acompañan la existencia humana y con las que pasamos nuestras vidas tratando de dar respuestas: “¿Quiénes somos? De dónde venimos? Para dónde vamos? ¿Qué esperamos? O qué nos espera? (Bloch: *Ibid.*, 2005: p. 12). Aquí podemos insistir en que la obra de Dus-

sel debe ser leída teniendo como referencia un proyecto de futuro en construcción por medio de una sociedad que supere los graves problemas sociales generados por el capitalismo.

Un análisis del concepto de dominación es fundamental para explicar los dilemas de la liberación-dependencia que se están viviendo en América Latina, lo que implica, en el campo de la filosofía, que el filósofo piense a partir de la periferia, contribuyendo, de esa forma, a un saber universal. Este tema lo retoma Enrique Dussel para precisar la ética material de la vida y la filosofía política crítica; tal es el proyecto de la Filosofía latino-americana de la liberación, que viene a contribuir en la construcción de una nueva sociedad que refleje las reales necesidades de los oprimidos. Esta ética material de la vida resulta de la posibilidad de existencia de compromisos éticos con una sociedad futura verdaderamente hecha de acuerdo a los intereses de hombres libres; se comprende, entonces, la discusión sobre la posibilidad de realizar una crítica radical del capitalismo, resaltando, que sus efectos, son, en la práctica, una negación de la humanidad. Dussel avanza en la propuesta de una ética material de la vida, en el sentido integral, exige un concepto fuerte de justicia, no meramente formal y que incluya una fundamentación práctica y crítica de la economía como tal.

Filosofía política práxica de liberación revisita un compromiso con una causa específica: la militancia (académico-social) para la superación de las condiciones de alienación, opresión, negación de las víctimas del sistema. Como lo expresa Dussel:

“Esta es una ética de la vida (...) El punto de partida fuerte y decisivo de toda crítica (...) es la relación que reproduce entre la negación de la corporeidad (...), expresa en el sufrimiento de las víctimas, de los dominados (...), y la toma de conciencia de esa negatividad”. Esta ética

1 Ver la “trilogía” de estudios que Dussel dedica a Marx, en el período de 1985 a 1990, destacada por Daniel Pansarelli en su análisis de la relación entre la filosofía de la liberación dusseliana y el marxismo. Dussel retomó recientemente el tema en su conferencia “La actualidad de Marx y del marxismo en América Latina” (el video de su conferencia está disponible en <http://vimeo.com/53349350>)

ca propone un principio universal, para determinar las “mediaciones adecuadas para la producción, reproducción y desarrollo de cada sujeto humano en comunidad”, a saber: “la vida humana y el modo de *realidad* de ser ético” (Dussel, Enrique: *Ética de la liberación, en la edad de la globalización y de la exclusión*. 4ª ed., Trotta, Madrid, 2002, p. 309).

En este caso continúa Dussel, “ese criterio material sobre el cual se funda la ética, la reproducción y el desarrollo de la vida humana, es universal, y, entonces, no es solipsista, sino comunitario” (*ibid.*, p. 131).

Deja claro en este libro Daniel Pansarelli que la lucha por el reconocimiento de la filosofía latino-americana no es fruto de un quijotismo, ni de un esfuerzo individual, sino que se da como un esfuerzo de grupos de investigadores que, teniendo investigaciones particulares distintas, están comprometidos con la praxis de la liberación. El principio de Ser pero guiado por el optimismo militante, se aplica perfectamente a este libro; la filosofía, entre nosotros, debe estar comprometida teórica y prácticamente con los excluidos, las víctimas del sistema negador, una práctica de los derechos del hombre y del ciudadano.

Sara Beatriz Guardia (Ed) (2014): ***Las mujeres en los procesos de Independencia de América Latina***, Lima, CEMHAL, UNESCO, USMP, Perú.

Claudia Rosas Lauro (Pontificia Universidad Católica del Perú, Lima, Perú)

El libro *Las mujeres en los procesos de Independencia de América Latina*, publicado por el CEMHAL, la UNESCO y la Universidad San Martín de Porres, cuya edición estuvo a cargo de Sara Beatriz Guardia, constituye un aporte importante a la historiografía sobre el tema. El volumen recoge las ponencias presentadas en el Primer Congreso Internacional Las Mujeres en los Procesos de Independencia de América Latina, que se realizó los días 21, 22 y 23 de agosto del 2013 en Lima. Estas fueron convertidas en artículos, que un Consejo

Editorial integrado por especialistas de diferentes universidades y centros de investigación americanos, revisó para su publicación final y que están mencionados en la introducción. Esto significó el despliegue de un gran esfuerzo de varios años que ha sido liderado con gran dinamismo por Sara Beatriz Guardia, Directora del *Centro de Estudios de la Mujer en la Historia de América Latina*, quien ha convertido al Perú en el centro de congresos, debates y publicaciones sobre este tema.

Este aporte se enmarca en un campo de estudio, la historia de las mujeres y de las relaciones de género, que a fines del siglo XX e inicios del XXI se ha convertido en un área de desarrollo muy dinámica y la perspectiva de análisis que la sustenta resulta fundamental en las ciencias sociales y humanas. Esto no solo respondió a los cambios sociales, económicos, políticos y culturales de fines del siglo XX, sino también a un proceso de democratización de la historia y la emergencia de nuevos sujetos históricos, entre los cuales se encontraban las mujeres. Si bien la historiografía evolucionó y se pasó de la historia de las mujeres a la historia de género cuando en la década del 80, se produjo un cambio importante en el enfoque del problema al introducirse el concepto de género en los estudios sobre historia de las mujeres, entendida como una categoría neutral diferente de sexo, palabra que tenía una fuerte connotación biológica o física; todavía hace falta mucho por hacer sobre la historia de las mujeres. En el contexto actual de América Latina, cuando se celebra el Bicentenario de la Independencia, es importante estudiar e investigar para conocer la participación de las mujeres como agentes de su propia libertad en los procesos de independencia de América Latina, para reconstruir su agencia histórica en el pasado y contribuir al desarrollo de su identidad en el presente.

El conjunto de trabajos muestra la variedad de enfoques, métodos y aproximaciones al tema, que van de la historia de las mujeres al uso del concepto de género como categoría de análisis, pasando por las teorías feministas. La historia social o cultural es la predominante, pero con diferentes grados de profundidad o uso del bagaje teórico y metodológico. También se han empleado enfoques sobre los espacios de sociabilidad, la opinión pública, los ima-

ginarios o las representaciones. Asimismo, las fuentes utilizadas para estudiar la participación de las mujeres en el proceso de independencia o los discursos sobre ella, son de diferente naturaleza. Están presentes las piezas teatrales, las obras literarias, la pintura, la iconografía de emblemas, monedas y demás soportes materiales de representaciones, el periodismo, los epistolarios, los sermones y fuentes de tipo religioso, y –aunque en menor medida– las fuentes archivísticas de carácter administrativo, político y militar. Una de las ponencias, cuya autora es Ana Serrano Galvis de El Colegio de México, rebate el mito de la escasez de fuentes para el estudio de la historia de las mujeres en la independencia. Tener presente esto es muy importante porque permite definir un corpus documental amplio y variado que necesita ser recuperado y estudiado.

El volumen se abre con una Declaración de Lima. *Mujer e Independencia en América Latina*, firmada por los participantes del evento y que se encuentra al inicio del libro. Seguidamente, tenemos dos conferencias magistrales: La historia silenciada de la mujer en la Independencia Americana, por Edgar Montiel de UNESCO, y Exclusión y género. Las mujeres en la independencia del Perú, de Sara Beatriz Guardia (Universidad de San Martín de Porres – CEMHAL).

El libro se divide en 8 capítulos y cuenta con 41 artículos, además de las dos conferencias magistrales, que suman 43 trabajos, lo cual es muy difícil comentar con profundidad en tan breve espacio. Por ello, seleccionaremos una parte de los artículos que componen el volumen y nos disculpamos anticipadamente por aquellos omitidos. Los y las autoras proceden de universidades y centros de investigación de América (Estados Unidos, Canadá, México, Colombia, Venezuela, Perú, Bolivia, Chile, Argentina y Brasil), Europa (España, Italia e Inglaterra) y Oceanía (Australia).

Los textos están escritos en castellano y portugués, y en este sentido, es de apreciar el incluir a Brasil, que generalmente está ausente en los congresos o textos sobre la independencia. Lo mismo se puede decir para el caso de Cuba, que por su cronología de la independencia posterior a la de los demás territorios hispanoamericanos, tampoco suele considerarse. Cabe señalar que los y las autoras no

solo son historiadoras, sino también literatas, y algunas pertenecen a otros campos de estudio, característica que delinea varios de los rasgos del presente volumen.

La primera parte, Diálogos con las historiografías independentistas, se inicia con un buen artículo de Lucia Provencio, quien enfoca la parte teórica y metodológica a partir de la pregunta sobre el género en el estudio sobre los procesos de independencia. Luego, siguen una serie de trabajos historiográficos que abordan diferentes espacios. Natividad Gutiérrez Chong trabaja las mujeres en la independencia de México, y Mirla Alcibíades, observa acuciosamente la presencia de la mujer en la independencia a través la historiografía venezolana. Para el caso de Brasil contamos con dos trabajos, uno de Adelia Miglievich-Ribeiro que pasa revista a las mujeres destacadas del proceso de independencia de Brasil y otro, de Losandro Antonio Tedeschi, quien analiza las características de la familia y la mujer que viven dicho proceso histórico.

La segunda parte trata sobre La construcción discursiva de género en los procesos independentistas. Maria de Lourdes Silva y Lía Faría estudian el rol de la mujer en la creación de la nación brasileña a través de dos obras del siglo XX, mientras que Cláudia Luna analiza dos casos: la conocida Carlota Joaquina, quien dejó cartas y documentos, y Bárbara de Alencar, una de las protagonistas de la revolución de 1817 en el noreste de Brasil, sobre la que se ha tejido todo un imaginario. Uno de los objetivos de la convocatoria era explicar la relación entre Iglesia, mujeres y religión católica en las guerras de independencia, analizando las devociones marianas y sus manifestaciones, así como la construcción de discursos religiosos en los sermones dirigidos a mujeres y el rol de las religiosas en las independencias. En esta línea, se ubica el trabajo de Carmen Gloria Soto Gutiérrez sobre la construcción del culto a la Virgen del Carmen en el proceso de Independencia de Chile. Haría falta seguir explorando en esta dirección para otras regiones de Hispanoamérica.

La parte III, Participación de las mujeres en los procesos independentistas, tiene el acierto de enfocar sobre todo, a las mujeres subalternas, sin embargo, todavía debemos investigar en esta línea. Carlos H. Hurtado Ames estudia el rol de las

mujeres en Jauja y se centra en el caso emblemático de las Toledo; y las mujeres en el territorio de Jujuy son vistas por Gabriela Gresores y Beatriz Bruce, entre otros trabajos. A este respecto, es importante prestar atención a las mujeres que permanecieron excluidas de las ideas de nación o de república, principalmente indígenas, afrodescendientes y mestizas. Inicialmente, se hizo referencia a la mujer en general, sin embargo esta expresión rápidamente empezó a ser cuestionada. De la mujer en abstracto se pasó a las mujeres de carne y hueso de todos los sectores sociales, de diversos orígenes étnicos y de diferentes generaciones. De esta manera, el carácter heterogéneo del grupo se hizo evidente y desde esta perspectiva se debe abordar.

La cuarta sección del libro, Alegorías y representaciones de las mujeres en el teatro, la pintura y la iconografía de la independencia, se inicia con el artículo de Claudia Rosas Lauro sobre la hegemónica representación de Marianne para significar los valores de libertad, patria o república, que contrasta con la exclusión de las mujeres de carne y hueso de la ciudadanía y la construcción del Estado-nación. Le sigue el trabajo de Sofía Pachas Maceda, quien con profundidad, estudia el lienzo de la heroína María Parado de Bellido, ubicado en la sala de patriotas del Museo Bolivariano de Lima por un proyecto museístico de avanzada, que también es analizado. Por su parte, Nanda Leonardini se centra en las mujeres de sectores populares para dar visibilidad a rabonas, soldaderas, tropeñas, troperas, gulangas, juanas, cantineras o mambisas, que aparecen representadas en la pintura de la independencia por José María Espinoza. Para finalizar, Mary G. Berg enfoca a la mujer en el teatro peruano de 1821, a través del análisis de tres interesantes piezas teatrales donde existe un protagonismo femenino.

Es necesario señalar que las representaciones literarias, iconográficas e historiográficas de algunas mujeres que participaron en la guerra de la independencia de varios países latinoamericanos tienen gran importancia en la construcción de la memoria sobre la independencia. Por ello, debemos estudiar los estereotipos, mitos, agendas, valores y corrientes culturales que han dado forma a estas representaciones visuales. Al mismo tiempo, debemos entender mejor el significado de cada una de

estas imágenes forjadas en los discursos políticos, la literatura, el cine, la iconografía y las artes plásticas, y ver cómo estas han ayudado a dar forma al imaginario social sobre las mujeres en la independencia y la república.

El capítulo V, Espacios de reflexión: salones, tertulias, prensa y discurso literario. Esta parte estudia la participación de las mujeres en las tertulias políticas y/o literarias, y analiza el discurso de género construido en estos espacios de sociabilidad y de escritura. El trabajo de Adriana Micale es muy útil como introducción al tema, pues presenta la relevancia y variedad de estos espacios a nivel latinoamericano, pero no entra en el análisis de las fuentes primarias. Luego, tenemos algunos estudios de caso documentados, de mujeres fascinantes como Doña Mariana Gonzáles Cote, vecina de Mérida en Venezuela, muy bien analizada por Edda Samudio; la salonière, educadora y poeta Mercedes Marín en Chile, presentada por Joyce Andrea Contreras Villalobos y Damaris Elizabeth Landeros Tiznado; o doña Mariquita Sánchez de Thompson para el caso de Argentina, estudiada con detalle por Cintia Inés Agosti. También está la figura de Rosa Campusano vista desde la literatura, como la presenta Diana Miloslavich Túpac. Por su parte, los trabajos de Fanny Arango-Keeth, Catherin Colters Illescas y María del Carmen Simon Parker abordan el período posterior a las guerras de independencia para estudiar el rol de determinadas mujeres en el periodismo, la literatura o la educación, y cómo desde esos ámbitos luchan por la emancipación de las mujeres a lo largo del siglo XIX, e incluso el XX.

El sexto capítulo, Las mujeres en el imaginario independentista, aborda la visión de la mujer en los discursos políticos de la independencia, el imaginario nacional y la construcción de la opinión pública, para observar cómo se incluía o no a las mujeres en el ideario de las repúblicas. En esta parte, Berta Wexler presenta cómo las damas de la villa imperial ofrecieron en 1813 a Manuel Belgrano un obsequio denominado Tarja de Potosí y la potencia de esta representación como reflejo de la participación de las mujeres en la independencia, terminó invisibilizando la lucha de otros sectores subalternos de mujeres. Por otra parte, Ana Fanchin y Patricia Sánchez estudian la actuación y la representación

en el imaginario social de tres mujeres que vivieron el proceso de independencia en San Juan de la Frontera, hoy Argentina. Estas fueron doña Paula Albarracín, madre de Domingo Faustino Sarmiento, la montonera y bandolera Martina Chapanay y Deolinda Correa, quien despertó gran devoción popular. Por su parte, Ana Paula Medici y Cristina Luna analizan las figuras de tres marías en la independencia de Brasil: María Quiteria, María Felipa y María Leopoldina. Finalmente, María Teresa Aedo Fuentes deconstruye y analiza una obra historiográfica de 1878 sobre las mujeres de la independencia, del escritor chileno Vicente Grez.

En la sección VII, titulada La representación de las mujeres en la literatura, el primer artículo, La ficción histórica sobre la independencia: Las mujeres se apropian de su historia, de Catherine Davies, sienta de manera muy clara las bases teóricas para los trabajos que siguen, sobre casos particulares de literatas o de obras literarias donde aparecen las mujeres. De esta manera, Silvia Miseres y Rocío Del Aguila estudian la representación de las mujeres en la obra de Juana Manuela Gorriti, Regina Simon da Silva establece una comparación entre las escritoras Flora Tristán y Nisia Floresta, Ana García Chichester analiza la imagen de la mujer mambisa en la obra del escritor cubano Emilio Barcardí, Susanna Regazzoni estudia la fascinante obra Viaje a La Habana de la Condesa de Merlin, y Ludivina Cantú Ortiz describe cómo ha sido retratada la figura de la madre en la literatura de la independencia mexicana.

En el último capítulo, Educación femenina. Cultura, identidad y perspectivas, Adriane Raquel Santana de Lima, João Colares da Mota Neto y Sônia Maria da Silva Araújo ofrecen un estudio comparado sobre la concepción de la educación en dos mujeres: la brasileña Nisia Floresta y la ecuatoriana Marietta de Veintemilla. A su vez, el artículo de Lucía Lionetti titulado "De niñas instruidas a protagonistas en la plaza pública: de la colonia al proceso independentista en el Río de la Plata", se basa en una investigación de gran calado sobre el tema. Finalmente, Leonardo Nolasco-Silva, Lía Faría y Vittorio Lo Bianco aportan información sobre otras mujeres del proceso histórico de Brasil. Cabe señalar que sobre las obras literarias, el teatro o las pin-

turas, así como cualquier otro objeto cultural producido, sería necesario indagar –como lo hace la moderna historia cultural– sobre su impacto social; sus mecanismos de producción y circulación, y las formas en que eran leídas o interpretadas por el público receptor, para que de esa manera podamos evaluar su relevancia en la producción de imágenes y representaciones sobre las mujeres en las independencias.

Si bien el importante y fundamental aporte de este volumen al tema de la participación de las mujeres en la independencia es indudable, también lo es que hace falta seguir investigando otros aspectos y sobre la base de nuevas fuentes de archivo, que nos permitirán completar el panorama mostrado hasta aquí. Asimismo, el valor de este trabajo también tiene una dimensión muy actual, pues dependiendo de cómo construyamos un discurso histórico que incluya a las mujeres, estas serán formadas como mujeres del siglo XXI, lo cual nos va a permitir pasar del conocimiento al reconocimiento. A esto se suma el hecho de que los grandes cambios que se han venido produciendo en la situación de las mujeres en el mundo contemporáneo, deben estar acompañados de transformaciones en el conocimiento, la investigación y la enseñanza de la historia, donde se traduzcan estos procesos. Todo ello se relaciona también, con la contribución que se hace a la construcción de una identidad nacional o latinoamericana donde todos se vean representados, también las mujeres. Entonces, se trata de la construcción de una historia inclusiva que permita comprender como las mujeres han sido agentes de su propia historia en el pasado y son agentes de su propia vida en el presente. Es sobre esta base que se podrá construir un futuro mejor y este valioso libro contribuye a lograrlo.

Sara Beatriz Guardia (2013). *Mujeres peruanas. El otro lado de la Historia*. 5ª edición, Librería Editorial "Minerva", Miraflores, Perú, 257pp

Edda O. Samudio A (Profesora Titular e Investigadora Emérita de la Universidad de Los Andes, Mérida, Venezuela).

La quinta y lucida edición de la obra *Mujeres peruanas. El otro lado de la historia* de Sara Beatriz Guardia se enmarca en esa nueva forma de trabajar

la historia, la acreditada *nueva historia*, que emerge en la escuela los *Annales*, con uno de sus más destacados representantes: Fernando Braudel, quien nació en los albores del siglo pasado. Este historiador francés, el más acreditado en los escenarios académicos del siglo XX, se aparta de esa historia tradicional, fragmentada, parcelada que calificó, “ (...) de corto aliento”, para crear una nueva temporalidad fundamentada en la estructura, noción que cimentó la larga duración braudeliiana. De esa manera, Sara Beatriz Guardia, continuando esa línea distinta a la historia tradicional, con el novedoso estudio de la historia de las mujeres desde la perspectiva femenina, concreta en 22 capítulos, el estudio de ese *otro lado de la historia*, que hilvana cuidadosamente en el plano temporal de larga duración. La autora en su recorrido histórico escudriña fuentes fundamentales para develar esa historia del Perú, en la que las mujeres dejan de estar ocultas, ignoradas o “invisibilizadas”, haciéndolas protagonistas sociales e históricas. Así, en forma diáfana, analiza el papel que tuvo ese *otro lado*, en el contexto de las diversas estructuras económica, social y política peruana, logrando con el protagonismo que tuvo en la sociedad de cada momento, perpetuar la trascendencia histórica de las mujeres peruanas.

La autora de *Mujeres peruanas. El otro lado de la historia*, estudia en un largo espacio de tiempo la condición de la mujer en las culturas preincaicas a través de los significativos hallazgos arqueológicos de mujeres sacerdotisas, y aquellas que tuvieron un gran poder; para ello, acoge la cronología de la civilización andina del reconocido arqueólogo peruano, Luis Guillermo Lumbreras. El capítulo siguiente lo dedica al examen metódico sobre los roles y el lugar de las mujeres en la sociedad jerarquizada que tipificó el vasto Imperio de los Incas o Tawantinsuyo, a su quehacer cotidiano que la autora logra con base a los novedosos conocimientos de los bien logrados estudios arqueológicos, en los relatos de los cronistas españoles e indígenas, y en los valiosos aportes que le proporcionaron los trabajos de Etnohistoria andina, de Antropología Histórica o Cultural de la región.

Los siete capítulos siguientes, desde el III hasta el IX, los centra Sara Beatriz Guardia en el análisis sistemático de la información que ofrecen las fuentes documentales y bibiohemerográficas

de la conquista, etapa que se inició con la llegada de Francisco Pizarro a Tumbes, en 1532, y del resto del periodo de dominación hispánica, que abarca casi toda la época virreinal, a partir 1542, con el sometimiento del Imperio Inca y la creación del Virreinato del Perú. El último de aquellos capítulos contempla la repercusión del pensamiento ilustrado en el Perú dieciochesco o sea antes del ocaso del régimen virreinal.

Sara Beatriz Guardia plantea en forma nítida la manera en que en esas centurias de dominación hispánica, una sociedad implantada, de Antiguo Régimen, caracterizada por su orden jerárquico, excluyente y patriarcal, regida por un patrimonio, honor y prestigio que recaían tan solo en la mujer de la elite, donde la sumisión y la obediencia tendieron a vigorizar la imagen de mujer sometida al varón, destinada a una vida de recogimiento, conventual o de matrimonio; mujeres que no tuvieron la posibilidad de lograr los atributos para acceder a la vida pública y, consecuentemente, a la condición de sujeto histórico y político. Ciertamente, para las mujeres de los otros sectores de la sociedad, que tuvieron otro tipo de exclusión, las virtudes exaltadas por la elite no tenían sentido y tampoco el mismo significado. A propósito, en la obra se destaca la alianza que establecieron los conquistadores con las mujeres de elite Inca, circunstancia que lleva a reflexionar sobre la relación sexual violenta a la que sometieron el resto de la población indígena femenina.

En aquel escenario en el que se conjugaban y apoyaban los intereses temporal y espiritual, la autora visibiliza magistralmente el rol de mujeres fundadoras de conventos, instituciones de recogimiento, Casa de Salud o farmacia gratuita para mujeres pobres, hospital y la asistencia de niñas a colegios para pobres, escuelas de misericordia y escuelas particulares, instituciones cuya creación responde a las ideas ilustradas que pululaban en el ambiente citadino: surge la preocupación por la educación de las niñas, la que consistía en aprender a leer, escribir y algunas labores y destrezas; aprendizajes beneficiosos en su rol de futuras esposas y madres.

Asimismo, la autora saca del oscurantismo el papel destacado que, como escritoras devotas, tuvieron las monjas en su enclaustramiento, duran-

te los siglos XVII y XVIII y también el de algunas mujeres de la aristocracia peruana.

En otro capítulo, Sara Beatriz Guardia examina la participación de las mujeres en levantamientos sociales, reclamando una serie de derechos, y dedica un extenso y completo capítulo a Micaela Bastidas, valiente e indomable mujer, amante arrojada de la libertad, compañera fiel de Tupac Amaru y a la insurrección de 1780, en la que además, revela la destacada participación de cacicas y caudillas. Finaliza el periodo de dominación hispánica con el impacto de las ideas ilustradas en el despertar de la vida intelectual de la sociedad peruana de últimas décadas del siglo XVIII que tuvo entre sus manifestaciones los escritos periodísticos dedicados a la vida de la mujer, a su feminidad.

En los cinco capítulos siguientes, Sara Beatriz Guardia se ocupa de develar la presencia de la mujer en la difícil etapa de la incipiente y endeble existencia republicana, desde el convulsionado periodo independentista hasta las últimas décadas del siglo XIX. En esa primera etapa enfoca entre la heroínas peruanas y de América Latina, a la coterránea María Parado de Bellido, a Juana Azurduy, combatiente del Alto Perú; a la ecuatoriana Rosa Campusano luchadoras por las causas patriotas. También entre las batalladoras por la independencia dedica páginas a Manuela Sáenz y destaca la figura de Francisca Subyaga Bernales de Gamarra, reconocida como La Mariscala y los escritos de Flora Tristán, mujer de prosapia peruana, nacida en París, a quien reconoce como una de las fundadoras del feminismo moderno y precursora en las reivindicaciones femeninas del movimiento obrero.

Del mismo modo resalta en este periodo la inquietud por la educación que mantuvo la vocación de reforzar el tradicional papel de esposa y madre. En la obra destellan mujeres en la literatura peruana, quienes afloran como directoras de revistas y escritoras con artículos diversos y publicaciones dedicadas a la educación femenina, al reclamo del derecho a compartir la educación que se brindaba al hombre y a una justa remuneración, posturas que enfrentaban a los poderosos sectores retrógrados de la sociedad peruana de entonces. También en la obra resplandecen las creadoras de clubes literarios, un verdadero despertar de las mujeres al mundo intelectual, exclusivi-

dad de los hombres. Finalmente, Sara Beatriz Guardia, cierra la vida republicana con la participación valiente de las mujeres en la Guerra del Pacífico que desafió al Perú con Chile y la revolución democrática de 1895; algunas distinguidas, mientras muchas del común, compañeras de los maridos, compartieron las vicisitudes de la guerra y, también, la muerte.

Los últimos siete capítulos, los aborda Sara Beatriz Guardia en el contexto de un Perú que se recuperaba de la Guerra del Pacífico y enfrentaba la pérdida del salitre; un país con una producción de azúcar, algodón y minera que concurría a los mercados internacionales, en el cual se iniciaba un pausado proceso de industrialización que motivó el surgimiento de una clase obrera y, consecuentemente, reclamos de derechos laborales, protestas y huelgas; escenario en el que emergen los primeros grupos femeninos que luchan aguerridamente por los derechos de las mujeres obreras.

En 1914, la autora, hace presente la creación de Evolución Femenina, primera organización feminista peruana, compuesta principalmente por mujeres de clase media que tuvo como objetivos el lograr la incorporación al trabajo y conquistar la igualdad jurídica, lo que de acuerdo a Sara Beatriz Guardia, motivó el debate sobre la emancipación de la mujer, el derecho al voto, la educación y el acceso a cargos públicos. Asimismo, expone que través de algunas actividades, Evolución Femenina, creó una Escuela-Taller Moral y Trabajo para capacitar a las mujeres y, luego, la de Enfermeras. Además, registra la lucha de ese organismo por la participación de las mujeres en las Sociedades de Beneficencia. Además, distingue la nueva organización de mujeres, "Feminismo Peruano", fundado en 1924 y el lucimiento de varias escritoras peruanas en un medio controlado por las veces masculinas.

Entre 1917 y 1920, muestra a Miguelina Acosta y a Dora Mayer, dirigentes de "La Crítica", periódico del anarcosindicalismo, donde se publicaban artículos relacionados con las pretensiones de las mujeres obreras y sobre la crisis económica experimentada a causa de la Primera Guerra Mundial.

Un interesante capítulo es dedicado a uno de los más importantes pensadores peruanos: José Carlos Mariátegui, a la significación de su valiosa obra escrita, su visión femenina, particularmente en

el periodo que él denomina "Edad de Piedra" que contrasta con la que tuvo posteriormente, en los años veinte, periodo en que fundó la revista Amauta, en la que plasmó su postura ideológica ante la problemática del país.

Finalmente la obra de Sara Beatriz Guardia se cierra con tres artículos que plantean: "Cambiar los paradigmas", "Democracia. También para las mujeres", y el último, Historia de las mujeres", en el cual estremece el significado de la Historia de las mujeres con la inquietud de que queda un largo camino por recorrer. Ellos, y el resto del texto reseñado, insinúan un universo de interrogantes e innumerables hipótesis.

Mucho he abreviado en la reseña de esta extensa obra, que con una extraordinaria información y una delicada mirada femenina de investiga-

dora acuciosa, con perspectiva de género como factor esencial en la reconstrucción de los procesos históricos de su país, concretó Sara Beatriz Guardia en: *Mujeres peruanas. El otro lado de la historia*. Obra única al trabajar un espacio de tiempo de larga duración, desde ese rico mundo prehispánico hasta la actualidad: En ella y como legado a la posteridad, las mujeres son y no dejarán de ser, objetos y sujetos de la historia peruana. Sin lugar a dudas, maravilloso aporte a la historiografía femenina y a la historiografía latinoamericana.

Es maravillosa la posibilidad de encontrar en un libro como éste descrita la vida y la tarea impostergable de las mujeres peruanas... además del legado histórico que da vueltas en los ojos del tiempo....